



Secao de Licitacoes e Contratacoes Diretas <licitacao@trt3.jus.br>

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 35/2023

1 mensagem

BR SEGURANÇA EIRELE <brsecur@yahoo.com.br>

26 de outubro de 2023 às 18:59

Para: "licitacao@trt3.jus.br" <licitacao@trt3.jus.br>

Prezado(a)s

Segue anexo IMPUGNAÇÃO ao edital do pregão eletrônico 35/2023.

Atte

Anderson

 **IMPUGNAÇÃO.pdf**
793K



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA 3ª REGIAO**

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Pregão Eletrônico nº 35/2023

BROMO SEGURANÇA E VIGILANCIA ARMADA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.919.666/0001-88, sediada a Avenida Brasili, nº 365, bairro Centro, Virgem da Lapa/MG, CEP 39.630-000, representada neste ato por seu representante social, vem, tempestivamente, apresentar seus questionamentos, na forma de **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA**, ao inteiro teor do citado instrumento convocatório, com fulcro no item 9.1 do edital de licitação, nos dispositivos correlatos da legislação aplicável, no caso a lei 14.133 de 2021, e especialmente em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa, previsto no inciso LV do art. 5º da Carta Magna Republicana de 1988, por entender que o instrumento convocatório, se permanecer como está, prejudicará a competitividade do certame licitatório em questão, ofendendo princípios imprescindíveis à manutenção do interesse público, tais como o da **LEGALIDADE**, da **RAZOABILIDADE**, da **EFICIÊNCIA**, da **COMPETITIVIDADE**, dentre outros, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir expendida.

Requer, outrossim, seja a presente impugnação recebida e processada por Vossa Senhoria, o(a) Sr(a). Pregoeiro(a) e/ou a autoridade superior, em ato de extrema sabedoria, determine a reformulação ampla e irrestrita do Edital de Licitação epigrafado, escoimados dos vícios e defeitos doravante enumerados, com a publicação de novo texto editalício, pela mesma



forma que se deu o texto original, designando nova data de abertura, conforme estabelece o item 9.1.2 do documento norteador do certame.

I) DA MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE JULGADORA:

Em relação à manifestação do(a) respeitável Sr(a) Pregoeiro(a), não basta deferir ou indeferir a presente Impugnação, necessário se faz parecer fundamentado, aprovado pela autoridade superior, conforme muito bem ensina o renomado professor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos, senão vejamos:

“5.4) Manifestação da autoridade julgadora

(...)

Se entender procedentes os argumentos do recurso, deverá rever sua decisão. Senão, encaminhará o procedimento à apreciação da autoridade superior, ‘devidamente informado’. Em qualquer hipótese, a autoridade administrativa tem o dever de atuar de modo motivado. Quer acolhendo, quer rejeitando o recurso, exige-se a exposição dos fundamentos concretos que conduzem ao entendimento adotado. A expressão ‘devidamente informado’ não autoriza o agente administrativo a omitir a fundamentação. Não basta um simples relatório narrativo dos eventos ocorridos.

(...)

A recusa em manifestar-se caracterizaria omissão abusiva, habilitante à adoção de providência judicial ”.

Também é relevante mencionar que, na lição desse eminente jurista, a atitude de apresentar questionamentos a procedimentos administrativos, por meio de recursos, impugnações etc. não pode ser interpretada como ofensiva pelos agentes da Administração Pública, até porque tal “*não caracteriza vício, irregularidade ou abuso de poder*”, mais ainda se considerado que a



“Administração não tem a prerrogativa de indispor-se contra aquele que interpôs” ações administrativas com vistas a restabelecer situações que visem a preservação do interesse público, não lhe sendo *“facultado agravar a situação do recorrente como instrumento de punição ou de revanche”*.

Tudo isso é dito apenas no intuito de clarificar aos eventualmente atingidos com a presente peça que não é nem nunca foi ou será intenção desta Impugnante ferir alguém em especial, mas tão-somente demonstrar ao órgão licitante que com simples alterações que em nada prejudicarão o desempenho dos equipamentos e poderá restabelecer a competitividade no certame em questão.

Justamente por isso, esta empresa deposita sua confiança no profissionalismo dos envolvidos com o processo em questão, esperando dos agentes dessa Secretaria ser interpretada como quem está contribuindo para a preservação do interesse público.

II) DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO:

A legislação relativa ao Pregão Eletrônico e o item 9.1 do Edital estabelecem ***“Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório por irregularidade na aplicação da Lei nº. 14.133/2021, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço indicado no edital.”***

Como se sabe, a sessão de abertura do presente pregão está agendada para o dia 31 de outubro próximo, portanto, a presente impugnação apresenta-se como tempestiva, merecendo, assim, ser recebida por esse(sa)



Pregoeiro(a) e ter seu processamento normal, com os seus termos devidamente analisados.

III) DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL:

No instrumento Convocatório, no anexo I do edital - Termo de Referência, no item 2 dispõe sobre a vigência e prorrogação contratual e o aviso prévio, com observação a recomendação do Acórdão nº 1186/2017, TCU, Plenário.

(...)

8.6.1. O aviso prévio trabalhado e o aviso prévio indenizado serão pagos somente no primeiro ano de vigência do contrato, nos termos do item “D” do Módulo 3 da Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do Anexo X deste Termo de Referência, conforme recomendação do Acórdão nº 1186/2017, TCU, Plenário.

Conforme foi mencionado no Termo de Referência, será observado por esta licitante a recomendação advinda do TCU proferida no Acórdão 1186/2017, no que tange a parcela do aviso prévio.

No entanto, a disposição contida no item 8.6.1 contraria a própria recomendação, pois, em análise ao referido acórdão, o entendimento da Corte de Contas é no sentido de constar expressamente na minuta no contrato o pagamento do aviso prévio em caso de prorrogação contratual, vejamos:

(...)

que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos



dos Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei 12.506/2011".

Assim, ao dispor no Termo de Referência que o aviso prévio será pago somente no primeiro ano do contrato, contraria o entendimento consolidado do TCU.

Por fim, requer que seja alterado o item para constar na literalidade a recomendação advinda da Corte de Contas e a *priori* adotada por esta licitante e de forma expressa passe a constar na minuta/Termo de Referência, o seguinte entendimento:

"a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei 12.506/2011".

IV) DA JORNADA DE TRABALHO DOS POSTOS 12X36:

No instrumento Convocatório, no anexo I do edital - Termo de Referência, no item 3 dispõe sobre a vedação da realização de hora extraordinárias na jornada de trabalho dos postos 12x36 de descanso.



“9.4.3 É vedada a realização de horas extraordinárias para profissionais cuja jornada de trabalho seja cumprida em turno de 12x36 horas.”

Inicialmente cumpre aclarar a incoerência do referido termo editalício no que tange a hora extra, uma vez que no item 9.4.3 veda a possibilidade de hora extra, contrariando o permissivo da CLT e CCT.

Destaca que a vedação impositiva contraria a atualização da legislação trabalhista promovida pela Lei nº 13.467, de 2017, da qual fez a inserção do art. 59-B, em especial do parágrafo único: *“A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas”*

Art. 59-B. O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Parágrafo único. A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

Aliado a isso, a própria Convenção Coletiva de Trabalho- CCT traz regras mais específicas, sendo possível a realização de até 05 (cinco) plantões dentro do mês.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DURAÇÃO DA JORNADA

PARAGRAFO SEXTO - Não descaracteriza a jornada especial de 12x36 o trabalho realizado em até 05(cinco) dias de folga por mês, desde que o mesmo não ocorra em dias consecutivos de repouso, devendo ser respeitado o intervalo interjornada mínimo de 11 (onze) horas.

Tendo em vista que o termo editalício contraria o disposto em norma convencional, bem como o próprio edital em seu item 9.4.4 do termo de referência já dispõe da possibilidade de hora extra, requer a exclusão da limitação contida no item 9.4.3 (termo de referência).

V) JORNADA DE TRABALHO DOS POSTOS 44H:

VI) JORNADA DE TRABALHO DOS POSTOS 44H:

VI.1 Suspensão das Atividades que Dispense a Prestação dos Serviços Terceirizados

No instrumento Convocatório, no anexo I do edital - termo de referência, no item 9.5.2 dispõe sobre a possibilidade de glosa na hipótese de não houver expediente em determinada localidade, em razão de feriado forense, nacional e/ou municipal ou qualquer outra hipótese de suspensão das atividades que dispense a prestação dos serviços terceirizados.

9.5.12 Serão glosados do faturamento, relativamente as postos com jornada 44h semanais e intervalistas, os valores correspondentes aos benefícios de transporte e de auxílio refeição/alimentação, devidamente acrescidos dos impactos decorrentes dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro, previstos no Módulo 6 da correspondente planilha de custos e formação de



preços, em relação aos dias em que não houver expediente em determinada localidade, em razão de feriado forense, nacional e/ou municipal ou qualquer outra hipótese de suspensão das atividades que dispense a prestação dos serviços terceirizados.

O licitante no submódulo 2.3 Benefícios Mensais e Diários considera a título de vale transporte e tíquete refeição a média de 20,83 dias, mas o item 9.5.12 pretende fazer a glosa e, razão do feriado forense.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários							
2.3	Benefícios Mensais e Diários						Valor (R\$)
A	Transporte	SIM/NÃO	Valor	Passagens	Dias	Desconto	R\$
		S		2	20,83	6%	
B	Tiquete Refeição	SIM/NÃO	Valor	Dias	Desconto	R\$	
		S		20,83	10%		
C	Cesta Básica						
D	Assistência Médica e Familiar						
E	Seguro de vida, invalidez e funeral						
F	Taxa de Custeio Patronal						
G	Programa de Assistência Odontológica- PAO						
H	Outros (Combate a Clandestinidade)						
TOTAL							R\$

Considerando que no submódulo já foi precificado os valores referentes aos feriados, a previsão contida no item 9.5.12 **deverá ser excluída**, haja vista que a manutenção nos termos ali exposto ocorrerá *bis in idem* sobre a rubrica de vale de transporte e auxílio refeição/alimentação.

VII) RECESSO FORENSE:

VII.1 Ato de Ingerência – VEDAÇÃO prevista na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017 -



No instrumento Convocatório, no anexo I do edital - termo de referência, no item 9.7.1 dispõe sobre a possibilidade de glosa na hipótese de não houver expediente em determinada localidade, em razão de feriado forense, nacional e/ou municipal ou qualquer outra hipótese de suspensão das atividades que dispense a prestação dos serviços terceirizados

9.7.1 Durante o período de recesso forense, compreendido entre 20 de dezembro a 06 de janeiro, conforme disposto pelo inciso I do art. 62 da Lei nº 5.010/1966, poderá haver a suspensão dos serviços prestados por postos em jornada de 44h semanais e intervalistas, a depender da necessidade do Contratante, sendo que, em regra, suspendem-se os serviços, integralmente, no interior, e, parcialmente, na capital.

9.7.2 Relativamente aos postos em que for suspensa a prestação dos serviços, serão glosados nos faturamentos dos meses de dezembro e de janeiro, além dos valores correspondentes aos benefícios de transporte e de auxílio refeição/alimentação em relação aos dias em que não houver expediente, o valor proporcional correspondente ao Custo de Reposição do Profissional Ausente, previsto no Módulo 4 da planilha de custos e formação de preços acrescido dos impactos decorrentes dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro, previstos no Módulo 6 da referida planilha, constante do [Anexo X](#).

9.7.3 Faculta-se à Contratada conceder férias aos terceirizados ocupantes dos postos suspensos, sem necessidade de reposição de mão de obra, durante o período compreendido pelo recesso forense.



9.7.4 Caberá ao Contratante, com antecedência mínima de 45 (quarenta) dias para o início do recesso forense, definir o quantitativo de postos a serem suspensos, de modo a oportunizar que a Contratada se organize quanto ao cumprimento dos prazos trabalhistas para aviso e pagamento antecipado das férias.

9.7.5 O Contratante não pagará valores adicionais pelas horas e/ou dias de serviços trabalhados relativamente aos postos em jornada de 44h semanais e intervalistas que, porventura, permanecerem prestando serviços ao longo do período de recesso forense.

Extraem dos referidos itens que, caso ocorra a suspensão dos serviços durante o período de recesso forense, será glosado dos meses de dezembro e de janeiro, os valores correspondentes aos benefícios de vale transporte e de auxílio refeição/alimentação em relação aos dias em que não houver expediente, viabilizando a futura contratante conceder férias coletivas, caso queira.

Inicialmente cumpre aclarar que a instrução normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, estabelece a vedação à administração a prática de atos de ingerência na administração da contratada, vejamos:

Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

VII – conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros.



Observa-se que o disposto no item 9.7.1 e por ato reflexo aos demais itens até 9.7.5, encontra-se vedação legal, devendo ser excluído do edital.

Destaca ainda que o referido item contraria o objeto do próprio certame licitatório que tem como função a guarda patrimonial. A prática equivocada de redução/suspensão dos postos no período de recesso forense coloca em risco o patrimônio público uma vez que o posto fica desguarnecido.

Entretanto, caso sejam mantidos os dispositivos, inviabilizará o operacional da empresa, inclusive, onera de sobremaneira as despesas da futura contratante que deverá suportar os gastos com os seus vigilantes em razão da suspensão/redução dos serviços pela Contratante/licitante.

No que tange as férias, esclarece que nos termos § 1º do art. 134 da CLT, **o fracionamento poderá ocorrer somente com a concordância do empregado**, vejamos:

Art. 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1º Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Ademais, cabe ainda pontuar, a concessão das férias refere-se a uma programação anual da futura contratada, devendo ser comunicada com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência (art.135 da CLT).



Logo, observa que o item 9.7.1 é inexecutável, uma vez que não se aplica as variáveis apresentadas nos serviços terceirizados, tendo sua efetividade condicionada a fatores que não tangem a escolha da futura contratada como fracionamento de férias, período aquisitivo para férias entre outros.

Assim, requer a não aplicação aos vigilantes no exercício da defesa patrimonial, os benefícios do recesso forense, haja vista que o seu mister é a defesa do patrimônio público, ainda que sem a devida prestação de serviços.

Dessa forma, requer as exclusões dos itens 9.7.2 a 9.7.5, contidos no Termo de Referência.

VIII) ACESSO OLINE AO SISTEMA:

No termo de referência em seu item 9.8.6, aduz que:

Contratada deverá disponibilizar aos servidores que figuram como fiscais administrativos acesso online ao sistema, para consulta das marcações de ponto realizadas e saldo de banco de horas atualizado de cada terceirizado que presta serviços ao Contratante.

Destaca que o referido item é contrário aos princípios do processo administrativo, uma vez a gestão da prestação dos serviços é de responsabilidade da contratada, cabendo a contratante/licitante apenas a conferência das informações que serão enviadas pela futura contratante conforme item **10.1.17 o) cópias de cartões e/ou folhas de ponto.**

A manutenção do referido item, acarretará de forma indireta a interferência na administração da futura contratada, e maior onerosidade ao



contrato, pois para o acesso online deverá dispor de dispositivo eletrônico (notebook, computador) nas dependências da contratante/licitante.

Cumpra à empresa contratada organizar a prestação de serviços, cabendo à Administração Pública as ordens indiretas e afetas especificamente à execução do serviço, devendo, em regra, reportar-se ao preposto da empresa, caso ocorra eventual irregularidade.

Lado outro, entende a impugnante que é dever da Administração Pública a fiscalização do contrato, sob pena de responder de forma subsidiária ou solidária em casos de irregularidades. Contudo, o dever de fiscalização não pode ser de forma que interfira na gestão/administração da futura contratada.

Logo, o acesso online ao sistema de ponto nos moldes previstos no item impugnado caracteriza ato de ingerência na administração, assim, requer seja excluído também do Edital/Termo de Referência.

IX) APARELHO PORTÁTEIS:

No que tange aos aparelhos portáteis, o item 9.15.10, assim dispõe:

9.15.10 Em unidades e/ou imóveis situados na capital que contarem com 02 (dois) ou mais postos de vigilância ostensiva, conforme especificação constante do Anexo I deste Termo de Referência, deverá ser fornecido pela Contratada aparelhos portáteis de radiocomunicação com fone de ouvido e microfone, que possibilitem a transmissão simultânea entre todos os usuários na mesma Unidade de prestação de serviço, durante todo o horário de expediente do posto, permitindo, com as mãos livres, a comunicação local e discreta entre os membros da equipe de segurança de forma clara e sem interferências externas, em condições suficientes para utilização em todos os



ambientes da Unidade ou local vigiado, inclusive, com a instalação de replicadores de sinal, quando necessário:

É sabido que além da vigilância patrimonial por meio da terceirização, os tribunais possuem sistema de vigilância interna.

Pois bem, o referido item de forma expressa condiciona a futura contratada o fornecimento de aparelhos portáteis entre todos os usuários da mesma unidade de prestação de serviços.

Entretanto, condicionar/obrigar o fornecimento a todos os usuários onera demasiadamente o contrato, uma vez que futura contratada poderá não dispor de todo o material de comunicação.

A manutenção deste item, além de onerar a futura contratada, atribui a esta a responsabilidade do sistema interno de segurança do Tribunal licitante.

A responsabilidade da futura contratada é somente em fornecer aos vigilantes funcionários da empregadora e não a todos os usuários.

Assim, por ausência de amparo legal, requer seja modificado o referido item, nos termos da fundamentação.

X) EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA:

O referido item estabelece que será de responsabilidade da futura contratada o fornecimento dos equipamentos de Proteção Individual e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC’S.

A exigência em atribuir a responsabilidade pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Coletiva a futura Contratada não encontra guarida



na legislação, pois o EPC destina-se à preservação da integridade física e da saúde no âmbito coletivo dos trabalhadores e de terceiros.

Na Norma Regulamentadora nº 6 do MTE trata sobre os equipamentos de Proteção Individual, que será de responsabilidade da empregadora. Na mencionada norma, não há previsão e também não atribui responsabilidade a empregadora de fornecimento de Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC’S.

Proteção a nível coletivo é de responsabilidade do tomador dentro das suas dependências, como por exemplo extintores de incêndio, guarda corpo, porta corta fogo. Faz parte da estrutura do órgão/estabelecimento/empresa, inclusive, somente após a fiscalização e aprovação pelo Corpo de Bombeiros e/ou Município que autoriza o funcionamento para atendimento ao público.

Dessa forma, requer seja excluído a responsabilidade de fornecimento de Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC’S da futura Contratada.

XI) REMANEJAMENTO PROFISSIONAL:

12.1.7. Comunicar previamente ao Contratante qualquer remanejamento de profissional da Contratada, ficando condicionado à autorização por escrito da Secretaria gestora do contrato, conforme o caso.

No referido item, o tribunal licitante condiciona que **qualquer remanejamento de profissional** deverá ser precedido de **autorização** da secretaria gestora.

No entanto, tendo em vista que o objeto da licitação é um contrato de responsabilidade da empresa licitante, e condicionar o remanejamento **a prévia** autorização da secretaria gestora, inviabilizaria o fluxo, a logística, o que tornaria inviável o andamento do contrato.



Cabe ainda pontuar, que a manutenção deste item no termo de referência ensejaria a ingerência da contratante diretamente na administração da futura contratante, inclusive, há vedação expressa nesse sentido, na qual a licitante deverá se abster de intervir na administração da futura empresa contratada, conforme item 11.1.6.

11.1.6. Abster-se de praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

Ademais, no mesmo sentido é o art. 4º, inciso IV, do Decreto nº 2.271, de 1997, os atos que interferem indevidamente na gestão administrativa da contratada, a exemplo da prática de escolha dos trabalhadores (pessoalidade) ou a ingerência na atividade da empresa prestadora dos serviços (subordinação direta), devem ser evitados porque poderão caracterizar vínculos próprios da relação de trabalho.

No mesmo sentido é a Instrução Normativa 05/2017, assim dispõe:

Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

I - possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

II - exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário;

III - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;



IV - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

V - considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e

VII - conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros.

Assim, a empresa licitante impugna o item 12.1.7 para que seja alterado o seu dispositivo nos termos da fundamentação.

XII) PLANO DE SAÚDE OPÇÕES DE EMPRESA:

12.1.13. Oferecer plano de Assistência Médica para todos os empregados, observando a Convenção Coletiva de Trabalho, devendo informar ao Contratante, sempre que solicitado, as opções de empresas e planos de saúde que os terceirizados poderão aderir via Contratada.

O referido item será impossível de ser cumprido pela futura contratada, pois não há margem de escolha de operadora de plano de saúde, uma vez que a Convenção Coletiva de Trabalho dispõe que será atribuição do sindicato a indicação da empresa de prestação de serviços de saúde.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARA CUSTEIO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA



Fica mantida, pelo presente instrumento normativo, a contribuição das empresas para custeio de plano de assistência médica, conforme a legislação vigente, cabendo às mesmas participarem do custo com o valor fixo mensal de **R\$ 124,17 (cento e vinte e quatro reais e dezessete centavos)** por empregado, valor este que será repassado às operadoras dos respectivos convênios, que serão selecionadas e indicadas pelos sindicatos laborais signatários, em suas respectivas bases territoriais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica estabelecido que os sindicatos laborais, cada um em sua respectiva base territorial, indicarão a operadora do plano de assistência médica para os empregados a ser contratada pelas empresas. Grifos nossos.

Assim, diante de qualquer inviabilidade de escolha por parte da futura contratada no que tange a operadora de plano de saúde, haja vista que é de responsabilidade do sindicato a indicação, requer a exclusão do referido item.

XIII) AUXÍLIO FAMÍLIA:

A previsão disposta no item 12.1.14 do Termo de Referência, também merece ser excluído e/ou reformado, vejamos:

12.1.14. Providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio funeral e auxílio familiar para seus profissionais.

A CCT traz previsão de seguro de vida para os vigilantes, conforme cláusula Vigésima da CCT, vejamos:



CLÁUSULA VIGÉSIMA- SEGURIDADE Aos VIGILANTES, VIGILANTES DE EVENTOS, VIGILANTES DE ESCOLTA ARMADA, VIGILANTES DE SEGURANÇA PESSOAL, FISCAIS, SUPERVISORES, LÍDERES E INSPETORES DE VIGILÂNCIA abrangidos por esta convenção fica garantida a indenização por seguro de vida, de acordo com a legislação vigente (resolução CNSP 05/84, nos termos do art. 21 do Decreto 89.056/89 e da Portaria 387/2006 DG/DPF) nos seguintes valores:

A CCT também prever auxílio funeral:

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- ASSISTÊNCIA FUNERAL As empresas são obrigadas a fornecer Assistência Funeral, por meio de contratação de plano funerário ou outra modalidade de assistência, ou por recursos próprios, em benefício de todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva, no valor mínimo de um piso e meio previsto para o vigilante patrimonial, conforme descrito na cláusula terceira deste instrumento.

Entretanto, não há previsão na CCT sobre auxílio familiar. Conforme item impugnado.

Dessa forma, diante de ausência na CCT e na CCT, requer seja excluído do referido item a exigência de auxílio familiar.

DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, com base nos fatos e fundamentos expostos, a Impugnante vem mui respeitosamente perante o nobre pregoeiro(a), requerer o que segue:



- a) Seja conhecido e deferido o pedido de impugnação;
- b) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, e consecutivamente exclusão da exigência dos itens apontados acima.
- c) Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública respeitando o prazo mínimo legal.

Nestes termos,

Pede e espera total deferimento.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2023

Bromo Segurança e Vigilância Armada LTDA